

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

Data: 15/04/2024

Horário: 10h00 às 16h00min

Local: Consórcio de Inovação na Gestão Pública - CIGA

1	<u>I - PARTICIPANTES:</u>
2	
3	ANAMMA – Janaína Mendes
4	ABES – Patrice Juliana Barzan
5	CASAN – Priscila Batista Campos
6	CIMVI – Ausente
7	CREA/SC – Fernanda Maria F. Vanhoni
8	CRQ-XIII – Odilon G. Amado Júnior
9	EPAGRI – Darci Pitton Filho
10	FACISC – Leticia P. Lunardi (Secretária relatora)
11	FECAM – Schirlene Chegatti (Presidente)
12	FIESC – Luís Henrique C. da Silva
13	FLORAM – Guilherme Pereira
14	IMA – Claudio S. Silveira
15	OAB – Manuela Andriani
16	SDE – Bruno Henrique Beilfuss
17	
18	<u>II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:</u>
19	
20	Às 10h00min do dia 15 de abril de 2024, presencialmente e conforme local acima indicado na convocação,
21	reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA,
22	com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil supracitados.
23	Instalados os trabalhos, iniciou-se a reunião pelo Item 1.
24	
25	Link dos arquivos:
26	https://drive.google.com/drive/folders/14QujrLqkowTXsJHBOArsDr8sWMzIVx-Y?usp=drive_link
27	
28	1. Leitura e aprovação da Ata de reunião anterior:
29	
30	<u>Encaminhamento:</u> Aprovada por unanimidade a ata da reunião ordinária de 04/04/2024.
31	
32	2. Continuação da discussão das atividades do Grupo de Trabalho (GT) do Código Estadual de Meio
33	Ambiente, a fim de propor as alterações necessárias nas Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017,
34	em função da publicação da Lei Estadual nº 18.350/2022, que "altera a Lei nº 14.675, de 2009, que
35	'Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências', e adota outras
36	providências":
37	
38	2.1. Discussão acerca do código '47 - TRANSPORTES E TERMINAIS', com inclusão de novo código
39	"Aeródromo" e definições, conforme abaixo.
40	
41	47.xx.xx Aeródromo
42	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: P Geral: M
43	Porte Pequeno: AU(3) ≤ 10 (RAP)
44	Porte Médio: 10 < AU(3) < 50 (RAP)

45 Porte Grande: AU(3) ≥ 50 (EAS)

46

47 Justificativa: Considerando a definição da ANAC de Aeroporto e Aeródromo com impactos de instalação e
48 operação equivalentes, diferenciados essencialmente por características como porte da pista e das
49 aeronaves, volume de voos (pouso e decolagem).

50 Verificado o porte e potenciais de acordo com referências de outros Estados e Infraero, na qual se
51 verificou maior similaridade com a Resolução 372/2018 na forma de aplicação dos portes, considerando
52 os portes mínimos para a pista conforme a ANAC. Desta forma se aplicaram os mesmos portes
53 relacionados a demais atividades (Resolução 372/2018 SEMA-RS).

54

TERMINAIS									
4730,10	AERÓDROMO	Área total (há)	Médio		até 5,00	de 5,01 a 10,00	de 10,01 a 50,00	de 50,01 a 500,00	demais

56

57
58 Adicionalmente, incluída a definição de Aeródromo de acordo com a Anac: <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/aerodromos/seguranca-operacional-aerodromos/aerodromo-de-uso-privativo>,
59 assim como de outras definições pertinentes ao tema.

60

61
62 XXX - Aeródromo: É aquele onde seu operador suporta operações aéreas em seu próprio benefício ou
63 com sua permissão, vedadas operações de transporte regular de passageiro ou carga nos moldes da
64 Agência Nacional de Aviação Civil. Para fins de aplicação desta resolução consideram-se aeródromos,
65 entre outros:

- 66 -Fazenda ou sociedade empresária que possui aeródromo para servir de base relacionada à
- 67 aviação agrícola ou para realização de serviços de pulverização de pesticidas, para seu acesso às
- 68 dependências de sua propriedade e permite que terceiros também o utilize com o mesmo
- 69 propósito;
- 70 -Órgão público ou concessionária que necessita acessar localidades remotas e possui aeródromo
- 71 para realizar tal acesso por sua equipe no cumprimento de suas funções;
- 72 -Sociedade empresária para acessar essas localidades exclusivamente por seus funcionários e
- 73 terceirizados, para facilitar o transporte logístico de seus produtos ou para realização de atividade
- 74 aerodesportiva, voo panorâmico ou lançamento de paraquedistas, permitindo seu uso por
- 75 terceiro para instalação de oficina de manutenção de aeronaves;
- 76 - Condomínio de alto padrão que possui aeródromo para uso exclusivo de seus moradores;
- 77 - Operador de aeródromo que tem o aeródromo para sua utilização, dentre as quais por meio de
- 78 contratação de táxi-aéreo.

79

80 Encaminhamento: Novo código incluído na Resolução CONSEMA nº98/2017 referente a Aeródromo,
81 assim como definições relacionadas.

82

83 2.2. Discussão acerca dos códigos relacionados '53 - SERVIÇOS DIVERSOS'.

84

85 53.20.20 - Serviço de coleta e transporte rodoviário de efluentes.

86 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

87 Porte Pequeno: NV ≤ 5

88 Porte Médio: 5 < NV < 20

89 Porte Grande: NV ≥ 20

90 Esta atividade será licenciada apenas por meio da expedição de Licença Ambiental de Operação – LAO.

91

92 Justificativa: Foi verificado que não há compatibilização entre as unidades de licenciamento aplicáveis a
93 esta atividade, sendo que o serviço de coleta e transporte é licenciado por número de veículos, enquanto
94 parâmetros de porte para os códigos voltados para tratamento de efluentes são por vazão.

95

96 53.40.00 - Prestação de serviços de aplicação de agrotóxicos ou produtos agrícolas, por aeronaves

97	tripuladas
98	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: M Geral: G
99	Porte: Único
100	Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental — AuA.
101	
102	<u>Justificativa:</u> De acordo com a Epagri, o drone (aeronave não tripulada) tem alcance similar à aplicação
103	realizada por terra (pulverizadores tradicionais, etc.). Com volumes de aplicação inferiores ao de
104	aeronaves tripuladas, com impactos ambientais reduzidos. Além disso, são aplicáveis os controles
105	estabelecidos pela Cidasc e ANAC.
106	
107	<u>Encaminhamento:</u> Novo código incluído '53.40.00 - Prestação de serviços de aplicação de agrotóxicos ou
108	produtos agrícolas, por aeronaves tripuladas', com respectivas justificativas registradas em Ata de
109	Reunião para os códigos 53.20.20 e 53.40.00.
110	
111	2.3. Discussão acerca do código '71.21.10 - Loteamento com fins industriais e comerciais'.
112	
113	71.21.10 - Loteamento com fins industriais e comerciais.
114	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: G Água: G Solo: G Geral: G
115	Porte Pequeno: AU(7) ≤ 10 (EAS)
116	Porte Médio: 10 < AU(7) < 50 (EAS)
117	Porte Grande: AU(7) ≥ 50 (EIA)
118	
119	<u>Justificativa:</u> Foi realizado comparativo com a Resolução 14/2012 e constatado que os valores de porte
120	foram alterados para valores menores, desta forma, impactou nos portes considerados de impacto local
121	na Resolução Consema nº 99/2017 e suas alterações.
122	
123	<u>Encaminhamento:</u> Respectiva justificativa referente ao código '71.21.10 – Loteamento com fins
124	industriais e comerciais' registrada em Ata de Reunião.
125	
126	2.4. Discussão acerca do código 71.80.00, 71.80.01, com confirmação de alterações e respectivas
127	justificativas.
128	
129	71.80.00 - Recuperação de áreas degradadas através da conformação de relevo, exceto áreas
130	contaminadas.
131	Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
132	Porte Único.
133	Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.
134	
135	<u>Justificativa:</u> Independente do porte, o código já previa apenas a aplicação de AuA.
136	
137	71.80.01 - Recuperação de áreas contaminadas.
138	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
139	Porte Único.
140	Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA.
141	
142	<u>Justificativa:</u> Independente do porte, o código já previa apenas a aplicação de AuA. Os estudos aplicáveis
143	para recuperação de área contaminada seguem a Resolução Conama nº 420/2009 e suas alterações.
144	
145	
146	
147	
148	2.5. Continuidade da discussão acerca do texto da minuta.

149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200

O §4º do Art. 4º passa a ter a seguinte redação: Nos casos de solicitação da ampliação de que trata o parágrafo 3º deste artigo e o porte ou o potencial excederem a competência do órgão ambiental licenciador municipal, o pedido de ampliação deverá ser protocolado junto ao órgão ambiental licenciador estadual e os documentos do processo original remetidos integralmente ao mesmo.

Justificativa: Ajuste de terminologia e correção de texto.

O Art. 5º passa a ter a seguinte redação: Fica vedada a formalização de novos requerimentos de licenciamento ambiental no órgão ambiental licenciador estadual para atividades ou empreendimentos considerados de impacto local, localizados em municípios aptos para realizar licenciamento ambiental, conforme resoluções específicas.

Justificativa: Ajuste de terminologia e correção de texto.

O Art. 7º passa a ter a seguinte redação: Os processos de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que se localizarem em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10) licenciados pelo órgão ambiental licenciador estadual, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental licenciador estadual.

Parágrafo Único. O licenciamento de empreendimentos e atividades com impactos não locais e localizados em condomínios industriais (código 71.21.11) ou Complexos Turísticos de Lazer (código 71.70.10), cujo licenciamento tenha sido efetuado por órgão ambiental municipal, poderá ser efetuado pelo próprio órgão ambiental municipal, desde que previamente delegado pelo órgão ambiental licenciador estadual, por meio de —Termo de Delegação Específico.

Justificativa: Ajuste de terminologia e correção de texto.

O Art. 12 passa a ter a seguinte redação: O Licenciamento Ambiental por Compromisso será efetuado por meio eletrônico, em uma única etapa, por meio de declaração de compromisso do empreendedor aos critérios e pré-condições estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador, para a instalação e operação de empreendimentos ou atividades, nos termos da Lei nº 14675 de 13 de abril de 2009.

§1º O órgão ambiental licenciador deverá disciplinar antecipadamente as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, bem como as ações de monitoramento ambiental relacionadas à instalação e operação dos empreendimentos ou atividades submetidas a esta modalidade de licenciamento.

§2º Os documentos técnicos exigidos pelo órgão ambiental licenciador deverão ser acompanhados da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente, expedido pelo Conselho Regional de Classe do profissional.

Justificativa: Ajuste de terminologia e correção de texto.

CAPÍTULO VI - DOS PRAZOS E VALIDADES DAS LICENÇAS

O Art. 17 passa a ter a seguinte redação: O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração:

II - O prazo de validade da LAI, ou da Licença Ambiental Prévia com dispensa de LAI, deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 6 (seis) anos;

Justificativa: Adequação ao Artigo 40, inciso 2 da Lei 14.675/2009.

§ 1º A LAP e a LAI poderão ter os prazos de validade prorrogados, desde que requeridos até o último dia de vigência das mesmas, respeitados os prazos máximos estabelecidos nos incisos I e II,

§ 2º Nos casos de empreendimentos ou atividades em fase de instalação que ultrapassem o prazo

201	máximo de 6 (seis) anos, a LAI poderá ser renovada desde que requerida com antecedência mínima de
202	120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este
203	automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente, mediante
204	comprovação do cumprimento de todas as condicionantes da licença anteriormente emitida.
205	<u>Justificativa:</u> Revisão de entendimento. Ajuste de terminologia e adequação ao § 4º, Art. 14 da Lei
206	Complementar nº140/2011 e Código Estadual de Meio Ambiente (Lei nº 14.675/2009).
207	
208	O IMA se posiciona com o entendimento de que renovações e prorrogações de licenças são situações
209	distintas, de acordo com a Lei 140/2011, o Código Estadual de Santa Catarina e a Resolução 237/97.
210	
211	O Art. 35. passa a ter a seguinte redação: Nos casos de encerramento das atividades, os
212	empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental
213	licenciador, com antecedência de 90 (noventa) dias.
214	§ 3º Após a restauração ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar um
215	relatório final elaborado por profissional habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de
216	Responsabilidade Técnica (ART) ou documento equivalente emitido pelo Conselho Regional de Classe do
217	Profissional, atestando o cumprimento do Plano de Desativação.
218	
219	O Art. 37 passa a ter a seguinte redação: O órgão ambiental licenciador, a partir da avaliação preliminar
220	da adequação do EIA/RIMA, oficiará ao empreendedor para que ele publique edital no Diário Oficial do
221	Estado e na imprensa local comunicando a abertura do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para consulta
222	pública ao RIMA, informando sobre os locais onde o RIMA estará disponível.
223	
224	O Art. 38 passa a ter a seguinte redação: O acesso e a disponibilização de informações obtidas no
225	processo de licenciamento ambiental regem-se pelo disposto na Lei federal nº 10.650, de 16 de abril de
226	2003, na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais dispositivos legais aplicáveis.
227	
228	<u>Justificativa:</u> Ajuste de terminologia.
229	
230	O Art. 40 passa a ter a seguinte redação: Fica resguardada ao empreendedor autonomia para atuação
231	preventiva e imediata em casos de acidentes ou em situações emergenciais e imprevisíveis de risco
232	ambiental iminente, mediante comunicação às autoridades competentes, no prazo de até 10 (dez) dias
233	úteis, contados a partir da atuação do empreendedor.
234	Justificativa: Ajuste de prazo e terminologia
235	Encaminhamento: Realizada a revisão da minuta da Resolução nº98/2017 até o Art. 44º, faltando o Art.
236	11º e Anexos I e II.
237	
238	3. Assuntos Gerais:
239	
240	3.1. Ofícios de alteração de membros, recebidos em 09/04/24:
241	IMA – Titular Cláudio Soares da Silveira
242	Suplente Glaucio Maciel Capelari
243	FACISC – Suplente Alini Masson
244	
245	3.2. SEMAS – Solicitado verificação do código '20.83.00 – Fracionamento de produtos químicos', referente
246	a aplicabilidade prática, considerando que esta atividade é usualmente inerente da atividade de comércio
247	e/ou depósito '43.20.00 - Depósito ou armazenamento de produtos químicos perigosos, exceto
248	combustíveis e agrotóxicos'.
249	
250	
251	
252	20.83.00 - Fracionamento de produtos químicos.

253	<i>Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: M Geral: M</i>
254	<i>Porte Mínimo: $AU(3) < 0,05$ - Será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA</i>
255	<i>Porte Pequeno: $0,05 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP)</i>
256	<i>Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)</i>
257	<i>Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)</i>
258	<u>Justificativa:</u> Adequação do potencial poluidor devido a equiparação ou equivalência com os impactos de
259	mesma magnitude ao código 43.20.00 (depósito de produtos químicos).
260	<u>Encaminhamento:</u> Dessa forma, os membros presentes decidiram pela adequação do potencial poluidor
261	devido a equiparação com os impactos da mesma magnitude ao código 43.20.00.
262	
263	3.3. A FACISC solicitou que seja colocado para revisão na próxima reunião o Art. 18 e 35 da Resolução
264	CONSEMA nº 98/2017:
265	
266	Art. 18. Para os empreendimentos e atividades que tenham implantado o Sistema de Gestão Ambiental
267	(SGA), o prazo de validade da LAO será prorrogado, via ofício, por 2 (dois) anos a partir do seu vencimento
268	da LAO, uma única vez para cada licença expedida, respeitado o prazo máximo de validade previsto na
269	legislação vigente. Pendente para próxima reunião.
270	
271	Art. 35. Nos casos de encerramento das atividades, os empreendimentos sujeitos ao licenciamento
272	ambiental deverão comunicar ao órgão ambiental licenciador, com antecedência de 90 (noventa) dias.
273	
274	§ 1º A comunicação a que se refere o caput deste artigo deverá ser acompanhada de um Plano de
275	Desativação que contemple a situação ambiental existente e, se for o caso, informe a implementação das
276	medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou
277	desocupadas.
278	<u>Justificativa:</u> Ajuste de acordo com propostas de revisão do RAP e EAS, para equalizar processos e gerar
279	maior segurança jurídica aos empreendimentos.
280	
281	3.3. A próxima reunião da CTL Ordinária será realizada no dia 02/05/2024
282	III - ENCERRAMENTO:
283	Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene
284	Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi
285	relatada por Leticia Lunardi.
286	

Schirlene Chegatti
Presidente da CTL
15 de abril de 2024



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F2LS0N06**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SCHIRLENE CHEGATTI (CPF: 020.XXX.379-XX) em 04/09/2024 às 14:56:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/05/2024 - 18:56:24 e válido até 08/05/2124 - 18:56:24.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VNQUVfMzc3MDZfMDAwMDE0NjZfMTQ2Ni8yMDI0X0YyTFMwTjA2> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEMAE 00001466/2024** e o código **F2LS0N06** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.